

Mini-reforma tributária

Entre as novas regras para o mercado, anunciadas pelo ministro Pedro Malan, a mais esperada, que isentaria da CPMF as aplicações em bolsa de valores, foi adiada. (Página 12)



Editorial

Pág. 2

Cartas

Pág. 2

Calendário Contábil

Pág. 4

Notícias Contábeis

Pág. 4



JORNAL DO CFC

ANO 4, Nº 40, AGOSTO DE 2001

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Certificado de Gestão atrai prefeitos de todo o País

Até o dia 17 de julho, 211 prefeituras brasileiras já haviam aderido ao Programa de Gestão Fiscal Responsável lançado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Esses prefeitos colocaram suas administrações à disposição dos técnicos do Conselho Federal de Contabilidade para que as gestões possam ser avaliadas.

As prefeituras que melhor aplicarem a Lei de Responsabilidade Fiscal serão agraciadas com o Certificado de Gestão Fiscal Responsável do Sistema Contábil Brasileiro (CFC/CRCs). O Certificado foi lançado em maio deste ano na presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília.

As prefeituras que já aderiram ao

Programa estão situadas em todos os estados do País, entre eles Minas Gerais, Santa Catarina, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná e outros que estão chegando.

Segundo o administrador Wilson de Faria, diretor da Trevisan Tributos, algumas das maiores dificuldades dos gestores com relação à LRF são o planejamento e o controle interno: "É que não existe no Brasil uma cultura de planejamento de gastos públicos. A LRF vai acabar com o péssimo histórico das administrações municipais".

O Jornal do CFC publica a relação completa das prefeituras que aderiram ao Certificado de Gestão Fiscal. (Página 9)

ENTREVISTA

Há menos de um ano, dez andares de um prédio no centro de São Paulo estavam abandonados. Hoje, estão ocupados por Contabilistas profissionais e recém-formados que estudam e se aprimoram para o mercado de trabalho. Esta é uma das novidades que o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, Victor Domingos Galloro, conta para os leitores deste jornal.

O Contador Galloro também detalha as mudanças promovidas em sua administração. (Páginas 6 e 7)



O Contador Victor Galloro

CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO PROVÃO DO MEC



Foi este encontro entre o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, e o Ministro da Educação, Paulo Renato, que propiciou a entrada dos cursos de Ciências Contábeis no Exame Nacional de Cursos. (Página 3)

PARLAMENTARES NO CFC



Dois páginas desta edição do Jornal do CFC fazem uma homenagem aos parlamentares que mensalmente visitam as reuniões plenárias do Conselho. (Páginas 10 e 11)

O Senado Federal retirou a palavra "contador" do projeto que altera dispositivos do Código Penal. De autoria do Poder Executivo, o projeto incluía a figura do Contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia. O projeto está sendo reexaminado agora pela Câmara do Deputados. (Página 3)

Veja ainda:

- CFC lidera movimento que vai ajudar a criar uma linguagem universal para balanços e declarações financeiras. (Página 5)
- Todos os detalhes da Lei das S.A. que está sendo analisada pelas comissões do Senado Federal. (Página 7)
- Contadores lançam novos livros sobre Auditoria e Tributação. (Página 8)
- O Contador Valdir Massucatti escreve artigo sobre Responsabilidade Social. (Página 8)

CFC EDITORIAL**Mudanças colocam profissão em alta**

> José Serafim Abrantes (*)

Antes de chegar ao final do mês, já teremos, com certeza, mais de 220 prefeitos que terão aderido ao Programa de Gestão Fiscal Responsável do CFC/CRCs. Até o início da segunda semana de julho, o número era de 211 prefeituras inscritas. Eles irão concorrer ao Certificado de Gestão Fiscal Responsável lançado para todo o país. Esta é uma grande notícia – é o destaque desta edição do **Jornal do CFC**.

Outra boa notícia foi o lançamento, no Brasil, do movimento que vai ajudar a criar uma linguagem universal para os balanços e declarações financeiras. O movimento está se espalhando pelo mundo por meio do Fórum Internacional para o Desenvolvimento da Contabilidade (IFAD, na sigla em inglês). Na América Latina, o Brasil foi escolhido para liderar este processo, o que já está sendo feito pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), que são representantes do Brasil na Federação Internacional de Contabilidade (IFAC). Temos também uma reportagem detalhada a este respeito.

Outra vitória importantíssima da classe contábil: o curso de Ciências Contábeis será incluído no próximo Exame Nacional de Cursos do MEC, o Provão-2002. Foi um pedido nosso ao ministro Paulo Renato, que gentilmente nos atendeu. Uma grande vitória para os estudantes, e para a grade curricular, para a melhoria do ensino nas instituições superiores de todo o Brasil.



E mais ainda: conseguimos convencer o Senado Federal a fazer mudanças no projeto que incluía a figura do Contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, exacerbando as penas impostas ao referido crime. A palavra foi retirada graças ao bom senso do senador Iris Resende (PMDB-GO). O projeto retornou à Câmara, mas estamos de olho nele, em defesa da categoria. Por falar em Parlamento, fazemos uma homenagem, nesta edição, aos deputados e senadores que nos honraram com suas presenças em nossas Plenárias.

Na entrevista desta edição, conversamos com o presidente do CRCSP, Contador Victor Domingos Galloro. Ele conta como foram feitas as mudanças que estão beneficiando mais de 90 mil Contabilistas em todo o Estado de São Paulo.

Também contamos em detalhes como foi a mini-reforma tributária promovida pelo governo. Uma boa leitura.

* é presidente do CFC

CFC CARTAS**LEI DAS S.A.**

“Senhor presidente José Serafim Abrantes, a diretoria da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo manifesta à Vossa Senhoria congratulações e reconhecimento pela sua vitória na votação do projeto de lei que muda a Lei das S.A. e a Lei da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aprovado em maio último pela Câmara dos Deputados”.

João Bacci
Pres. Fed. Contabilistas de SP

DISCRIMINAÇÃO

“Senhor presidente, concluí a Faculdade de Ciências Contábeis aos 22 anos, até que, após alguns anos, descobri minha segunda vocação: as Ciências Jurídicas. Já com 31 anos, prestei concurso público para o cargo de Técnico Judiciário Juramentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e fui aprovado. No entanto, para minha surpresa e de muitos outros Contadores, estamos sendo discriminados pela Resolução nº 2/2001 do Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 17/5/2001, publicada no Diário Oficial de 18/5/2001, na qual consta que para o ingresso no cargo de oficial de justiça e avaliador exigem-se os cursos superiores de Direito, Economia e Administração,

Este espaço pertence aos leitores do **Jornal do CFC**. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do **Jornal**. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos. Os editores.

Conselho Federal de Contabilidade – SAS - Quadra 5 - Bloco J - Ed. CFC
Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547 – Cep 70070-920 - Brasília-DF
e-mail: comsocial@cfc.org.br

enquanto que para o cargo de Técnico Judiciário Juramentado exigem-se os cursos superiores de Direito, Economia, Administração e Ciências Contábeis. Nota-se aí a clara, inequívoca e incompreensível exclusão dos Bacharéis em Ciências Contábeis, o que não podemos concordar, nem aceitar, haja vista que, se um Economista ou Administrador podem ingressar no cargo de Oficial de Justiça e Avaliador, por que um Contador não o poderia ??? Despeço-me na confiança de que, como Contador e cidadão brasileiro, estou contribuindo, com esta carta, para uma sociedade mais justa e solidária”.

Adriano Rangel Rodrigues
Téc. Judic. Juramentado - TJRJ

CPI DO FUTEBOL

“Senhor presidente do CFC, José Serafim Abrantes. Na condição de presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a regularidade do contrato celebrado entre a CBF e a Nike, apresento nossos sinceros agradecimentos pela colaboração desse eminente Conselho e, em especial, pelos proficientes Contadores Daniel Salgueiro da Silva e Alberto Jones Souza que demonstraram dedicação, competência, cooperação e presteza no auxílio aos nossos trabalhos. Atenciosamente”.

Deputado Aldo Rebelo
Presidente da CPI

CFC EXPEDIENTE

JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC
BRASÍLIA - DF
ANO 4 - NÚMERO 40 - AGOSTO DE 2001

Plenário do CFC

Presidente
José Serafim Abrantes

Vice-presidente de Administração
Delza Teixeira Lema

Vice-presidente Operacional
José Martônio Alves Coelho

Vice-presidente de Controle Interno
Daniel Salgueiro da Silva

Vice-presidente de Registro e Fiscalização
Alcedino Gomes Barbosa

Vice-presidente Técnico
Olívio Koliver

Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa
Contador Antonio Carlos Moraes da Silva
Contador Daniel Salgueiro da Silva
Contadora Delza Teixeira Lema
Contador Dorgival Benjoino da Silva
Contador José Martônio Alves Coelho
Contador José Serafim Abrantes
Contador Olívio Koliver
Contador Raimundo Neto de Carvalho
Contador Washington Maia Fernandes
Téc. Cont. Gil Nazareno Losso
Téc. Cont. Marta Maria Ferreira Arakaki
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura

Conselheiros Suplentes

Contador Edilton José da Rocha
Contador Francisco de Assis Azevedo Guerra
Contador Gastão Brock
Contador João Batista Lobato
Contador Jomar da Silva Marques
Contador José Antonio de Godoy
Contador Liduíno Cunha
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus
Contador Solindo Medeiros e Silva
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes
Téc. Cont. Gaitano Laertes P. Antonaccio
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho
Téc. Cont. Luilson Gomes da Silva
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
Endereço eletrônico: www.cfc.org.br
e-mail: cfc@cfc.org.br

JORNAL DO CFC

SUPERVISÃO EDITORIAL: AP Video Comunicação Ltda.
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Marccio W. Varella -
MTb 108/2/20
PROJETO GRÁFICO: Anagraphia Design
e-mail: comsocial@cfc.org.br
Brasília-DF
Ano 4 - Número 40
Agosto de 2001
Tiragem: 66.000 exemplares

CFC EDUCAÇÃO CONTINUADA**Cursos de Ciências Contábeis serão avaliados pelo Provão do MEC em 2002**

Os cursos de Ciências Contábeis serão avaliados pelo Exame Nacional de Cursos no próximo ano. Além das Ciências Contábeis, mais três áreas do ensino superior foram incluídas no Provão/2002: Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem e Obstetrícia e História.

A inclusão do curso de Ciências Contábeis no Provão foi uma conquista do CFC. Para o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, o Provão irá propiciar uma radiografia da qualidade dos cursos, possibilitando a definição de ações para mudanças. "A inclusão no exame é de fundamental importância para a categoria, pois vai ajudar a reorientar e subsidiar os cursos, aproximando-os das necessidades da sociedade".

VISITA AO MINISTRO

Em maio passado, mais uma vez o presidente Serafim conversou, sobre a inclusão do curso no Provão, com o ministro da Educação, Paulo Renato, em Brasília. O ministro foi receptivo ao pedido do CFC e pediu ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

que estudasse o caso. A portaria com a relação dos novos cursos foi anunciada no dia 28 de junho pelo INEP e publicada no dia seguinte no Diário Oficial. Com a inclusão dessas quatro áreas, o Provão 2002 deverá ter a participação de mais de 320 mil alunos de cerca de 4,7 mil cursos.

NÚMEROS DO PROVÃO

As novas áreas deverão ter cerca de 29 mil inscritos na próxima avaliação. Juntas, elas totalizam mais de mil cursos. Dentre as quatro áreas, o maior contingente de participantes será de Ciências Contábeis, com mais de 13 mil formandos de 450 cursos.

A expectativa da coordenação do Provão é de que o Exame cresça 13% em relação à avaliação de 2000, abrangendo 89% dos concluintes do ensino superior. Além das quatro novas, o Provão continuará avaliando as 20 áreas deste ano, que são: Administração, Agronomia, Biologia, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química,



O presidente Serafim cumprimenta o ministro Paulo Renato

Farmácia, Física, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

QUALIDADE

A avaliação do curso de Ciências

Contábeis pelo Exame Nacional de Cursos é mais um passo que o Conselho Federal de Contabilidade dá em direção à excelência na profissão. O CFC continua assinando convênios com universidades para a implantação de cursos de mestrado na área da Contabilidade.

CFC FALSO TESTEMUNHO**Senado atende CFC e retira a palavra "contador" de projeto**

O Conselho Federal de Contabilidade caminha para obter mais uma vitória no Congresso Nacional. Depois de conseguir incluir a entidade no Comitê de Padrões Contábeis, criado pela lei que alterou dispositivos da Lei das S.A. na Câmara (a matéria está sendo apreciada pelo Senado), agora o CFC pretende alterar dispositivo do Código Penal que inclui a figura do Contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, exacerbando as penas impostas ao referido crime.

HISTÓRICO

O Projeto de Lei nº 44/01, de autoria do Poder Executivo, enviado primeiro à Câmara, propôs alterações nos artigos 342 e 343 do Código Penal. Segundo a proposta, o artigo 342 ficaria com a seguinte redação: "Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral...".

O artigo 343 do projeto diz assim: "Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete,

para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação...".

Além da multa, o projeto aumenta as penas, de um terço a um sexto. Esses artigos não foram mudados na votação feita pela Câmara dos Deputados. Aprovados pelos deputados, esses artigos, o projeto caminhou para o Senado. Na Comissão de Constituição e Justiça, foi designado relator o senador Iris Resende (PMDB-GO).

AÇÃO DO CFC

Além de uma agressão à profissão contábil, o CFC considerou a inclusão do nome "contador", no projeto, como inconstitucional, pois a profissão de contador é regulamentada e não pode ser ligada dessa maneira a crimes de falso testemunho ou de perícia.

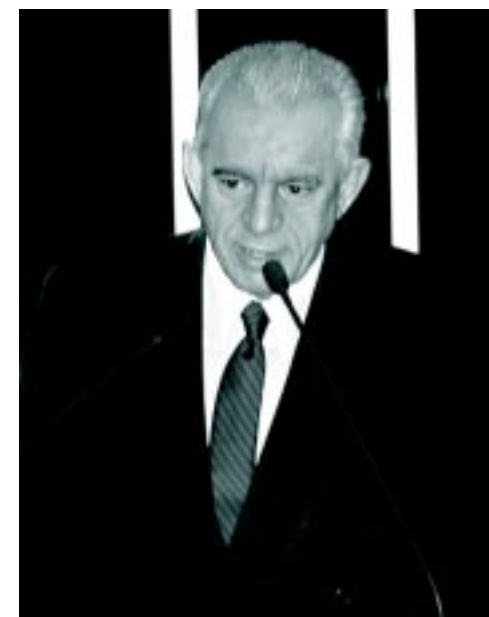
O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, e o assessor parlamentar Ynel Alves de Camargo, preocupados com a questão, enviaram ao senador Iris Resende um parecer completo sobre o assunto. O primeiro argumento do parecer do CFC já deu motivos suficientes para que o senador Resende retirasse a palavra

"contador" do projeto. Segundo o parecer, "a introdução da figura de contador no *caput* do artigo não tem motivos conceituais para ser acrescida ao elenco de profissionais citado pelo artigo 342 do Código Penal, já que a intervenção de um contador num processo, valendo-se de sua formação profissional, só pode acontecer na condição de perito... A figura de perito num processo judicial pode ser exercida por outros profissionais".

CONTADOR JUDICIAL

Ainda segundo o parecer do Conselho Federal de Contabilidade, a inclusão do nome "contador" no projeto só teria sentido se com este termo o legislador estivesse pretendendo referir-se ao funcionário conhecido como "contador judicial", que trabalha na Contadoria Judicial, cargo exercido por um técnico judiciário, não obrigatoriamente formado em Contabilidade. A este funcionário cabe a responsabilidade de fazer os cálculos das contas, correção monetária, juros e custas do processo.

O presidente Serafim lembra que o Contador não é uma falsa testemunha nata, nem pratica uma falsa perícia como



O senador Iris Resende (PMDB-GO)

regra: "Infelizmente, profissionais de caráter duvidoso não são exclusividade de nenhuma profissão ou atividade humana em particular". Com sensatez, depois de conversar pessoalmente com o presidente Serafim e com o professor Ynel, o relator Iris Resende retirou a palavra do *caput* do projeto, que foi aprovado e já retornou à Câmara dos Deputados, devido às modificações feitas em seu texto. O Conselho Federal de Contabilidade, agora, acompanha a tramitação do projeto na Câmara.

CFC Cursos Contábeis

Blumenau – SC - A Fundação Universidade Regional de Blumenau acaba de abrir inscrições para seleção e matrícula para o Curso de Mestrado em Ciências Contábeis para o ano letivo de 2002. As matrículas devem ser feitas entre 14 e 17 de agosto na secretaria do curso, na Rua Braz Wanka 328, Vila Nova, Blumenau, telefone (47) 323-6200, ou pela internet www.pos.furb.br.

Curitiba – PR - O CRCPR oferece um curso completo sobre ICMS e ISS para Contabilistas em geral, advogados, gerentes, chefes de departamentos de compras, vendas, almoxarifado, responsáveis pela emissão, recepção e escrituração de notas e livros fiscais. Luiz Antônio Cunha, o professor, é Contabilista e advogado, especializado em Legislação Empresarial, Direito Tributário e Processual Tributário, consultor e assessor jurídico de empresas. A programação inclui a legislação do ICMS – Decreto nº 2.736, IPI – Decreto nº 2.637, ISS – Decreto nº 406, fato gerador, imunidade, isenção, não-incidência, suspensão, diferimento, entre outros tópicos. Sobre ISS, igualmente, serão analisados a legislação aplicável, a lista de serviços, atividades sujeitas ao imposto, base de cálculo, alíquotas, competência, hipóteses de isenções e imunidades, documentário fiscal e contribuintes. Mais informações com Suzy pelo telefone (41) 232-7911.

Ponta Grossa – PR - A Faculdade da Ciência da Computação Cristo Rei, de Ponta Grossa, acaba de criar um curso de pós-graduação em Contabilidade, Auditoria e Planejamento Tributário para candidatos formados em Ciências Contábeis. Graças a convênio assinado entre o presidente do CRCPR,

Antônio Carlos Dóro, e Eunice Campos de Andrade Aguiar, diretora da instituição, Contadores registrados e regularizados no CRCPR terão desconto de 10% nas mensalidades.

Porto Alegre – RS - E o CRCRS está colocando à disposição dos Contabilistas os seguintes cursos: ciclo de debates sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (inscrições gratuitas), palestras do INSS (inscrições gratuitas), palestras sobre Tributos Federais: IR-PIS-COFINS (inscrições gratuitas), palestras sobre o Sistema Simples (inscrições gratuitas), palestras sobre Rotinas Trabalhistas (inscrições gratuitas), treinamento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, estrutura e análise de Balanços, redação de Relatórios Contábeis e intensivo de Contabilidade. A programação completa de cada curso pode ser consultada no site do CRCRS: <http://www.crcrs.org.br>.

Maringá – PR - Dando sequência aos projetos para o ano 2001, o Sindicato dos Contabilistas de Maringá (PR) informa que está dando início, neste mês, ao terceiro módulo da “Universidade do Contador”, no qual será trabalhado o tema Marketing Profissional e Pessoal, com carga horária aproximada de 150 h/a. O curso será no valor de 4 x 150,00 (associados ao Sincontábil) e 4 x 180,00 (demais participantes). Número de vagas: 35. As aulas serão ministradas às sextas-feiras e sábados. Inscrições pelo telefone (44) 262-6654 com a Denize. (O Jornal do CFC pede aos CRCs, sindicatos e associações ligadas à Contabilidade que enviem informações sobre cursos para o e-mail varella@cfc.org.br)

CFC Notas Contábeis

GPS ELETRÔNICA

Portaria do Ministério da Previdência Social, em vigor desde o dia 1º de julho, determinou que as contribuições previdenciárias deverão ser pagas unicamente por meio eletrônico, aposentando a guia em papel. As empresas e escritórios de Contabilidade deverão entrar nos *sites* dos bancos credenciados para efetuar a quitação.

HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

Para quem se interessa pela História da Contabilidade, o trabalho do professor Carlos Alberto Serra Negra e da contadora Elizabete Marinho Serra Negra, ambos do Núcleo de Pesquisa em Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UnilesteMG, pode ser útil. O trabalho está disponível na página <http://www.emp.uc3m.es/noved/8wcah.htm> da

Associação Espanhola de Contabilidade e Auditoria - AECA (sessão A-4, ID 55 para *download* no formato pdf), e trata dos aspectos contábeis da cultura e do império inca na América Latina.

ECONOMIA DE ENERGIA

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei isentando da cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Imposto de Importação (II) os produtos capazes de proporcionar economia de energia elétrica. Pela proposta, 30 dias depois de o Congresso aprovar o projeto, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica apresentará uma relação dos produtos utilizados em residências, estabelecimentos comerciais e industriais que estão aptos a reduzir os custos com energia no País.

CFC Seguro de carro por perfil

Nos últimos anos, a modalidade de seguro que mais cresceu é a que leva em consideração o perfil do proprietário, ou do motorista, do veículo. Segundo reportagem publicada no *site* do *Estadão* em maio de 2001, nesse tipo de apólice o prêmio - valor pago pelo segurado em caso de sinistro - costuma ser metade do valor do de um seguro comum.

O prêmio varia conforme as características e o estilo de vida do dono do carro: sexo, idade, estado civil, se tem ou não garagem, se usa o carro para trabalhar ou para o lazer etc. É assim que a seguradora calcula a probabilidade de o automóvel ser danificado ou ter perda total. Como em geral as mulheres têm mais cuidado ao dirigir que homens, por

exemplo, o prêmio para elas é mais em conta. Embora ainda não esteja regulamentado, o seguro por perfil permite que as seguradoras ofereçam promoções e descontos a clientes que se enquadrem em grupos de pouco risco. O contrato baseia-se na boa-fé do segurado ao preencher seus dados.

Mas o Procon-SP alerta para alguns cuidados que se deve tomar ao assinar o contrato. Primeiro, o cliente precisa ser claro e não deve mentir nas respostas, pois, se for provada a omissão, ele pode perder a indenização. Em segundo lugar, o contrato deve ser lido com atenção para averiguar as condições de ressarcimento em caso de sinistro.

CFC CALENDÁRIO CONTÁBIL

Brasília – DF - Nos dias 22 e 23 de agosto, na sede do CFC, serão realizadas as Reuniões das Câmaras; e nos dias 23 e 24, as Reuniões Plenárias.

Blumenau – SC - Além da 22ª edição da Convenção dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina (Contesc), marcada para os dias 16, 17 e 18 de agosto, nas dependências do Complexo da Proeb, Blumenau estará recebendo os dirigentes de todas as entidades brasileiras que congregam a categoria. É o 29º Encontro Nacional das Entidades Representativas da Contabilidade (Enercon). A reunião está programada para o dia 16 de agosto, no Hotel Himmelblau, na região central da cidade. Mais de 100 dirigentes e

líderes contábeis confirmaram participação no encontro.

Recife – PE - Entre os dias 15 e 17 de agosto, no Centro de Convenções de Pernambuco, será realizado o V Seminário Latino de Cultura Contábil (V Prolatino), promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco e apoiado pelo CFC, com a presença de Contabilistas brasileiros e estrangeiros. As palestras serão ministradas pelos professores César Abicalaffe (PR), Valério Nepomuceno (MG), César Kroetz (RS), Giuseppe Galassi (Itália), Olivio Koliver (RS), José Antonio Lainez Gadea (Espanha), Mário Vogel (Argentina) e Antonio Lopes de Sá (SP).

Gramado – RS - Entre 22 e 24 de agosto, o CRCRS realiza a VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. O local escolhido para o encontro é o Centro de Eventos da ExpoGramado. O tema geral do evento será “Profissão Contábil: O Futuro Hoje”. Inscrições podem ser feitas pela internet www.crcrs.org.br, e-mail cursos@crcrs.org.br ou pelo telefone (51) 228-7999. A Convenção tem o apoio do CFC. Paralelamente, será realizado o Encontro Estadual de Estudantes de Ciências Contábeis, programado para o dia 23.

Foz do Iguaçu – PR - Entre os dias 12 e 14 de setembro, o CRCPR promove a XIII Convenção dos Contabilistas Paranaenses. O encontro vai discutir quatro temas: Capital Intelectual, Lei de

Responsabilidade Fiscal, Sucessão no Contexto da Empresa Familiar e Conjuntura Político-Econômica do Brasil. Entre os palestrantes, Antônio Carlos Nasi (presidente da AIC), Ciro Gomes, Clóvis Luiz Padoveze e Magda Geyer Ehlers.

São Paulo – SP - Entre os dias 26 e 28 de setembro, no Palácio das Convenções do Anhembi, o CRCSP realiza a 17ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo. O tema do encontro será “contabilidade.com... ética e prestação de contas”. Pode-se obter a programação completa da convenção pelos telefones (11) 6096-5311 e 3824-5358.

CFC NORMAS CONTÁBEIS**CFC forma grupos para implantar linguagem universal**

Lançado no Brasil o movimento que vai ajudar a criar uma linguagem universal para os balanços e declarações financeiras. O movimento está se espalhando pelo mundo por meio do Fórum Internacional para o Desenvolvimento da Contabilidade (IFAD, na sigla em inglês). Na América Latina, o Brasil foi escolhido para liderar este processo, o que já está sendo feito pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), que são representantes do Brasil na Federação Internacional de Contabilidade (IFAC).

PROJETO BRASILEIRO

Para o presidente do CFC, Contador José Serafim Abrantes, “o ambiente internacional está promovendo significativas mudanças tendentes à harmonização dos conceitos contábeis, de auditoria e de governança corporativa, de forma a criar e a ampliar o desenvolvimento econômico sustentado”. Por esta razão, o movimento está sendo chamado no Brasil de *Projeto Brasileiro de Harmonização Internacional de Normas Contábeis e de Auditoria*.

O Brasil ficou incumbido de criar dois comitês: o multiprofissional, com o objetivo de promover a harmonização das normas contábeis, valorizando os impactos pretendidos; e o profissional, integrado por representantes da profissão contábil, que vai trabalhar as normas de Contabilidade e de auditoria, o código de ética, a governança corporativa e os aspectos regulatórios.

COMITÊ FORMADO

Em reuniões realizadas em maio e junho passados, o IFAD Brasileiro definiu os nomes das pessoas que irão compor seu Comitê Multiprofissional: José Serafim Abrantes (presidente do CFC), Márcio Martins Villas (presidente do Ibracon), Roberto Teixeira da Costa (economista), Ernesto Rubens Gelbcke, L. Nelson Carvalho (Contador), Irineu De Mula (Contador), Modesto Carvalhosa (advogado), José Luiz Osório Almeida Filho, Luiz Fernando Furlan, Luiz Otávio da Mota Veiga, Antônio Kandir (deputado e economista), Frederico Gerdau Johannpeter (empresário), Victor Faccioni, Eliseu Martins (professor e Contador), Sérgio Darcy da Silva Alves, Armínio Fraga (presidente do Banco Central), Domingos Poubel de Castro (Contador e chefe da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda), Raymundo Magliano Filho, Alfried Plogler, Humberto Casa-Grande Neto, Antônio de Lacerda, Antonio Carlos Nasi (Contador e presidente da AIC), Taiki Hirashima e Emerson Kapaz (empresário).



O professor Eliseu Martins, agora no IFAD

INCOMPATIBILIDADES

Neste momento, CFC e Ibracon estão definindo os nomes que comporão o Comitê Profissional do IFAD Brasileiro. Mas um grupo de auditores já está trabalhando desde o mês passado na elaboração das incompatibilidades entre as regras brasileiras e o padrão internacional. A lista deve ficar pronta neste mês de

agosto. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, considera que a lei brasileira é boa, “em alguns pontos muito melhor que a dos países desenvolvidos, mas as mudanças na economia nos últimos anos aumentou a defasagem entre o que está no papel e o que ocorre de verdade, na vida real”.

O presidente Serafim lembra que a transparência é um bom remédio para amenizar o reflexo das crises financeiras nos países emergentes, mas pode não ser suficiente para convencer os países mais reticentes sobre as mudanças. No entanto, existem outros motivos mais concretos para harmonizar as normas contábeis. É que a partir de 2005 o Banco Mundial só vai aprovar programas de empréstimo para quem estiver adaptado às novas regras.

O PORQUÊ DO IFAD

Existe um consenso mundial de que a disponibilidade de informações financeiras na maioria dos mercados está sendo inadequada para os investidores – nota-se uma ausência de transparência de informações confiáveis. A crise asiática levantou dúvidas sobre a qualidade da auditoria e da Contabilidade nos países afetados. Muitos líderes da Contabilidade mundial sugeriram que alguns de seus profissionais não teriam sido responsáveis em relação às informações, acabando por provocar a crise. Por causa deste e de outros incidentes, as lideranças contábeis se uniram para propor um comportamento harmônico da Contabilidade dos diversos países, formando o IFAD, com o principal objetivo de convencer os governos de que a transparência dos balanços e uma boa administração corporativa são indispensáveis para a estabilidade na economia globalizada. O IFAD tem, como membros ou participantes, observadores do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do IFAC, da Comissão Internacional de Normas Contábeis e das cinco maiores empresas de Contabilidade do mundo. A primeira reunião do IFAD foi realizada em janeiro de 1999, em Nova Iorque; em outubro do mesmo ano, o IFAD reuniu-se novamente, em Paris; e em março do ano passado, em Washington. A próxima reunião está prevista para novembro deste ano, em Londres.

**“DIGA SIM PARA A RBC”**

Participe assinando ou renovando a assinatura da RBC e oncorra a um Fiat Pálio Okm em 2001.

RBC
REVISTA BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE
rbc@cfc.org.br
DDG 0800611946

MASTERMAQ
Softwares para um novo tempo

A PIOR RENDA

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou no dia 10 do mês de julho Relatório de Desenvolvimento Humano 2001 e confirmou os problemas que os brasileiros enfrentam quando o assunto é distribuição de renda: o país é o quarto pior do mundo nesse quesito.

Segundo informações do *site* “Valor Online”, o Brasil só perde para Suazilândia, Nicarágua e África do Sul, nesta ordem.

O índice utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para essa classificação, chama-se Gini e varia de 0 a 1. Zero indica a igualdade absoluta e um, a desigualdade total. O Brasil está em 0,591, de acordo com os dados de 1997 (os mais recentes disponíveis) utilizados pela ONU.

A sociedade está exigindo cada vez mais o trabalho do Contabilista

“Em 150 anos de República, poderemos ter a primeira leva de prefeitos responsáveis”.

Dez andares de um prédio no centro de uma das maiores cidades do mundo ficaram durante sete anos abandonados e esquecidos. O dono do prédio, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, reformou seus andares e transformou o lugar em um centro de aperfeiçoamento de Contabilistas, hoje com 500 alunos.

O responsável por essa façanha foi o atual presidente do CRCSP, Victor Domingos Galloro, 59 anos, pai de três filhos, profissional das áreas contábil e de auditoria desde 1970. Galloro é formado em Ciências Contábeis e Jurídicas e MBA em Controladoria pela USP/FEA/ FIPECAFI. Foi diretor por três gestões seguidas do Ibracon e, antes de assumir a presidência do CRCSP, no ano passado, foi vice-presidente de Fiscalização e de Administração e Finanças da entidade.

Na entrevista que concedeu ao Jornal do CFC, Galloro fala das mudanças promovidas em sua gestão e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, o CRCSP dá palestras e orienta prefeitos do interior do estado. O Conselho Regional que preside é o maior do país em número de inscritos e de pagantes: são 94 mil ao todo; 50% deles residentes na capital.

Jornal do CFC – Como começaram as mudanças no CRCSP?

VG - Quando fui eleito e fiz a primeira reunião com o conselho diretor, eu já tinha um plano de trabalho. Expliquei a eles os objetivos que o CRCSP tinha de alcançar, como a profissão deveria se desenvolver em São Paulo. Ao mesmo tempo, apesar de termos um regime presidencialista nos CRCs, em São Paulo nós fizemos um acordo pelo consenso, em que cada um administra sua área; e temos administrado bem. Então, eu desenvolvo as políticas e os vice-presidentes tomam conta de suas áreas – Registro, Fiscalização, Administração e Finanças. Com essa união e esse respeito, um pela área do outro, nós temos conseguido crescer juntos e estamos gerindo bem o Conselho por meio de um consenso. Apesar de ser presidente, eu tenho o consenso dos Vice-Presidentes em tudo o que eu faço.

Jornal do CFC – Como o CRCSP conseguiu criar líderes nas sub-sedes do estado?

VG - Foi uma modificação importante. Nós temos 16 sub-sedes. Essas sub-sedes, espalhadas por todo o Estado de São Paulo, não tinham lideranças.

Nós tínhamos a figura do antigo delegado regional, mas, na realidade, o trabalho era coordenado pelos funcionários. O delegado era mais uma figura decorativa. Então, estabeleci que o delegado regional é que deveria cuidar da delegacia e desenvolver toda a política estabelecida pelo Conselho



Diretor dentro da região dele. Nós criamos 16 líderes no prazo de um ano e meio. São Contabilistas de altíssimo nível, pessoas reconhecidas, respeitadas e de proeminência na sociedade local. Hoje eles fazem um encontro entre eles. São 150 no total, mais 80 delegados-representantes. É o delegado regional que verifica as dificuldades que estão sendo enfrentadas na região. Ele estabelece as políticas que devem ser desenvolvidas na região. Por ano, nós temos quatro reuniões com os delegados regionais e mais duas reuniões anuais com os delegados-representantes. Todos sentiram que era preciso participar mais, ser mais ativo, e o trabalho então começou a fluir. Além disso, demos agilidade aos encontros regionais de contabilidade no interior do estado – em 2000, fizemos quatro encontros regionais, além de outros eventos –, e então passamos a divulgar a cultura contábil dentro do estado, com palestras,

fóruns, debates e esses encontros regionais. Nós tivemos cerca de 350 participações em cada encontro regional.

Jornal do CFC – Como o CRCSP chegou aos estudantes de Ciências Contábeis?

VG - No ano passado, nós decidimos que deveríamos ter representantes nas

novo visual ao Conselho Regional, bastante agradável de se ver. Depois, criamos o espaço cultural, construindo, inclusive, um novo palco em nossa sede. A Secretaria de Recuperação de Bens Culturais da Prefeitura de São Paulo nos apoiou na criação deste espaço cultural – eles nos indicam e fornecem artistas para expor neste espaço. A cada 40 dias fazemos uma apresentação musical e uma exposição de artes. No ano passado, instalamos na entrada do prédio do CRCSP uma estátua de Mercúrio com o caduceu, o símbolo da Ciência Contábil. A estátua é uma obra de um famoso escultor italiano. Em abril deste ano inauguramos o Centro de Memória da Contabilidade Paulista, em convênio com a prefeitura e com o Museu da Pessoa, que fez um levantamento de todo o acervo do Conselho. Criamos o nosso museu num espaço de 400 metros quadrados, ficou muito bonito e moderno. Conseguimos salvar livros de 1892. Temos toda a contabilidade das capitanias hereditárias – cópias, lógico – apenas para mostrar aos nossos visitantes. Estamos recebendo escolas, com palestras, inclusive. Também inauguramos 16 mini-bibliotecas em cada uma de nossas sub-sedes. Esqueci de dizer que ainda temos uma outra sub-sede, aqui na capital. Pedimos a ajuda dos professores Hilário Franco e Eliseu Martins, que desenvolveram um roteiro mínimo que uma biblioteca deveria ter.

Jornal do CFC – Como tem sido o relacionamento do CRCSP com o Sindicato dos Contabilistas do Estado de São Paulo?

VG - Nós temos apoiado o Sindicato dos Contabilistas do Estado de São Paulo. Os eventos que eram realizados na sede do CRCSP nós passamos a realizar na sede do sindicato. O sindicato não tinha cursos e começamos a dar esses cursos para os associados ao sindicato. Com isso, muitos contabilistas se associaram ao sindicato, que, com a nossa tecnologia, abriu seus próprios cursos. E no ano passado assinamos convênio com a Federação dos Contabilistas e estamos implantando um centro de estudos em todos os sindicatos do interior do estado. Então, são essas coisas que começam a melhorar a imagem do Conselho Regional.

Jornal do CFC – Como o CRCSP melhorou sua imagem na capital e no interior?

VG - No início da gestão, nós sentimos necessidade de fazer uma comunicação melhor com a sociedade. Conseguimos duas colunas em jornais; uma no

faculdades. Nomeamos representantes em todas as faculdades de Ciências Contábeis do Estado de São Paulo. Hoje, temos 90 representantes nessas instituições de ensino. Com isso começamos a exercer uma política que vem dando certo, estamos conseguindo atender às necessidades dos alunos e agilizar o trabalho deles. Além disso, o CRCSP passou a ser mais respeitado entre os estudantes e pela própria sociedade.

Jornal do CFC – Parece que o CRCSP tem hoje um espaço cultural amplo e diversificado...

VG - Antes de reformular a área cultural, nomeamos várias comissões, com a participação dos Conselheiros – cada um ficou responsável por determinado setor. Um deles, por exemplo, é responsável pelo setor de publicações - reformulamos todos os nossos impressos, nossas revistas, demos um

Estadão e outra no *Jornal da Tarde*, semanais. Além destas, temos outras colunas em mais 17 jornais do estado. Aí, criamos o nosso Departamento de Comunicação Social. Começamos com dois jornalistas e dois revisores de texto. Isso depois de muita briga, pois foi difícil mudar a estrutura de comunicação que existia dentro do CRCSP. Mas conseguimos. Temos as pessoas que escrevem essas colunas. Reformulamos as nossas revistas – o nosso boletim era trimestral e agora é bi-mensal –, e no final do ano passado conseguimos contratar uma assessoria de imprensa externa. Os eventos do CRCSP estão sendo bem divulgados, e temos uma grande participação da sociedade. Essa melhora na divulgação melhorou também a comunicação interna no CRCSP. Na verdade, o CRCSP começou a aparecer mais para a sociedade.

Jornal do CFC – Que fim levou um prédio de propriedade do CRCSP no centro da cidade?

VG – Nós tínhamos um prédio na Rua 24 de Maio, que estava abandonado há 7 anos. Nossa antiga sede funcionava em 10 andares deste prédio. Então, como nós tínhamos que desenvolver cursos para Contabilistas, dentro do projeto de Educação Continuada, criamos ali um Centro de Treinamento Avançado de Contabilidade, Finanças e Negócios, o CETA, que é do CRCSP. Lá estamos dando oportunidade para estudantes do último ano de Ciências Contábeis e de Técnico em Contabilidade e recém-formados que queiram se aprimorar para poder entrar no mercado. Todas as matérias que as faculdades e escolas

técnicas não ensinam nós procuramos ministrá-las para que o profissional possa aprimorar seus conhecimentos e entrar melhor preparado no mercado. Ali nós temos convênios com o Sindicato dos Contabilistas, com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e com o Sebrae. Temos cursos destinados aos empresários de Contabilidade, e agora vamos fazer um curso destinado aos empresários especializados em comércio exterior; e outro, também já marcado, sobre cooperativas. Nós temos um convênio com o Senac, que visa ao aprimoramento do Técnico em Contabilidade. Temos convênio também com o Instituto de Mediação e Arbitragem e outro convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil. Nós ministramos aulas de Contabilidade para os advogados e eles ministram aulas de direito para os Contadores. É uma reciprocidade de conhecimentos. Hoje temos cerca de 500 alunos nesses cursos do CETA. O Centro foi criado em fevereiro deste ano. Com certeza vamos ocupar os dez andares do prédio. Em junho passado, fomos procurados pela Assembléia Legislativa para assinar um convênio que vai trazer, para estudos no CRCSP, todos os projetos de lei apresentados na Casa que digam respeito a Contabilidade, a tributos. Quer dizer, todos esses projetos, a partir de agora, terão o nosso parecer. Isso é inédito no país. Isso é fruto de nossa abertura. Na medida em que nos abrimos e a sociedade passa a nos enxergar, estaremos contribuindo para um futuro melhor.

Jornal do CFC – O que deu origem a

essa nova fase que a Classe Contábil está vivendo no Brasil?

VG – A precursora dessa abertura foi toda essa gestão dos Conselhos Federal e Regionais. O que houve foi que o CFC começou a participar ativamente da integração com os CRCs, a apoiá-los, e todo o Sistema foi atingido. Foi uma consequência do crescimento do trabalho de integração. E o resultado é que a sociedade está aprendendo a usar a Contabilidade.

“Agora, são os prefeitos que nos pedem orientação sobre a LRF”

Hoje, a Contabilidade é imprescindível para as empresas. A bola da vez é a Contabilidade, tenha certeza. A sociedade está exigindo de nós – o CFC está respondendo e os CRCs também. Chegou a hora inclusive de os cursos de Ciências Contábeis serem avaliados pelo Exame Nacional de Cursos, o Provão do MEC. Isso será muito importante. Nós temos faculdades de ensino medíocres em todos os setores no País, isso é sabido de todos. Não avaliar a grade curricular, as faculdades, e isto só vai ajudar na melhoria da qualidade dos cursos. Hoje, com o Provão e o Exame de Suficiência, a pessoa vai entrar na profissão muito melhor preparada do que no passado. Como estamos falando em Educação Continuada, gostaria de parabenizar o CFC pela implantação do sistema de Educação a Distância. Acho que todo CRC deveria ter um ponto do Direct to Company S.A. (Dtcom).

Jornal do CFC – Como o CRCSP tem apoiado a Lei de Responsabilidade Fiscal?

VG – Nós fizemos uma cartilha sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos feito palestras para as prefeituras espalhadas pelo estado, distribuindo essas cartilhas. No início, nos oferecemos para dar palestras, eles aceitaram, e agora o retorno tem sido muito bom – são eles que nos pedem essa orientação. Estamos orientando

prefeitos, políticos e contadores a implementar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Depois de 150 anos de República, nós poderemos ter a primeira leva de prefeitos responsáveis. Eles estão interessados, são pessoas de boa-fé, mas muitos são políticos e não são afetos à Contabilidade, à administração. Nas palestras, temos conseguido transmitir muitas informações, falando da importância do Contador dentro do contexto da administração, da LRF. Isso em consonância com o Conselho Federal de Contabilidade, que está fazendo um trabalho excelente na divulgação desta lei. Eu acho isso muito certo porque, na verdade, é muito fácil o governo arrecadar e não ter de prestar contas a ninguém. Quer dizer, gastar sem qualquer responsabilidade. Agora todos sabem que tem de haver uma prestação de contas. Para a sociedade, isso é muito importante. Realmente, a LRF foi um grande avanço.

CFC PARA FICAR EM DIA

CFC trabalha para aprimorar o novo projeto da Lei das S.A.

Tramitam no Congresso dois projetos sobre a Lei das S.A.: um focaliza o mercado de valores mobiliários e o outro, a área de Contabilidade. O primeiro, é o Projeto de Lei nº 3.115-C, de 1997, ou “Lei das S.A.”. Este PL, de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), foi votado e aprovado pela Câmara em 28/3/01. Ele propôs a criação do Comitê de Padrões Contábeis (CPC), do qual o CFC faz parte. O CFC tem batalhado muito por esse projeto, assinalando seus equívocos e defendendo suas qualidades. Na Câmara, o Conselho conquistou o direito legal de fiscalizar os papéis de trabalho das empresas de auditoria abertas ou fechadas, o que até então não era possível fazer.

COMO IDENTIFICAR

O CFC também lutou para conseguir que todos os membros do Comitê fossem Contadores. Considerando que isso

sequer estava contemplado pelo projeto, o CFC conseguiu aprovar que a maioria dos nove integrantes do Comitê fosse integrada por Contadores. Foi uma vitória. Hoje, o PL nº 3.115-C, de 1997, está no Senado, e pode ser identificado como o Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2001. Está sendo apreciado em Reunião Conjunta pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na CCJ, o presidente é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM); o senador Pedro Piva (PSDB-SP) é o relator. Na Comissão de Assuntos Econômicos, o presidente é o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE); o senador José Agripino (PFL-RN) é o relator. O PLC nº 23, de 2001, já recebeu 25 emendas no Senado: 23 na CCJ e duas na CAE. O CFC entrou com três emendas para tentar a aprovação de novos benefícios para o Sistema CFC/CRCs. Duas foram apresentadas à CAE pelo senador José

Fogaça (PMDB-RS) e uma outra foi encaminhada, a título de “sugestões”, diretamente pelo senador Lúcio Alcântara ao relator da CAE, senador José Agripino.

Foram realizadas duas audiências públicas para aprimorar o projeto, com vários expositores, entre eles o presidente do CFC, contador José Serafim Abrantes (representado pelo professor Ynel Alves de Camargo). Há uma terceira audiência pública marcada para agosto próximo. Os convidados são os deputados Emerson Kapaz (PPS-SP) e Antônio Kandir (PSDB-SP), relatores da Lei das S.A. na Câmara, para expor suas experiências sobre o projeto.

CONTABILIDADE

O segundo projeto de Lei das S.A. que transita no Congresso é o de nº 3.741, de 2000. Este PL, do Poder Executivo (leia-se CVM), cria as “Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP), para realizar as mesmas funções que o Grupo Técnico do CFC realiza há 20 anos e sem ônus para o país. O PL está na Comissão de Economia Indústria e Comércio da Câmara (CEIC), cujo presidente é o Deputado Marcos Cintra (PFL-SP). O relator é o deputado Emerson Kapaz (PPS-SP). O CFC já entrou com uma emenda substitutiva, assinada pelo deputado Agnelo Queiroz (PC do B - DF), que estabelece que “...compete ao Conselho Federal de Contabilidade a elaboração e a divulgação de princípios, normas e padrões contábeis...”. A CVM já entrou com um substitutivo ao próprio PL nº 3.741, eliminando o art. 4º, objeto da emenda do CFC, substituindo-o por outro comitê. O texto do primeiro PL está disponível em www.camara.gov.br. Proposições, redação final e o texto do segundo PL em www.Planalto.gov.br, PLs de 2000.

CFC ARTIGO - VALDIR MASSUCATTI

Responsabilidade Social

> Valdir Massucatti (*)

Muito se tem falado sobre Balanço Social, Ética Empresarial e Responsabilidade Social.

A jornalista Cláudia Vassalo escreveu no *Guia Bom Corporativismo*, editado pela *Revista Exame*: “A Responsabilidade Social deixou de ser uma opção para as empresas. É uma questão de visão, de estratégia e, muitas vezes, de sobrevivência”.

Na verdade, as empresas passaram por três fases de gestão: a primeira tinha uma visão monossocial, onde o pensamento visava somente a interesses do investidor; num segundo momento, veio a fase bissocial, onde a visão era para o investidor e para os empregados, ambas de caráter interno. Atualmente, a visão é multissocial, ou seja, as empresas estão preocupadas com o investidor, com os empregados e com a sociedade em que está inserida. Passaram a olhar para fora.

Realmente, esta visão é estratégica e certamente será um diferencial nos negócios. Porém, Ações Sociais e Balanço Social não podem e não devem

ser usados como instrumentos de marketing.

A empresa socialmente responsável é aquela que cumpre seu principal papel, que é o de prestar bons serviços ou fornecer produtos de qualidade, atendendo à legislação, sem gerar desperdício e sem prejudicar o meio ambiente. Ou seria socialmente responsável uma empresa que apoia projetos comunitários e/ou ações sociais, culturais e esportivas, sem fornecer produtos de qualidade, sem pagar seus impostos, atrasando pagamento dos fornecedores,



agredindo o meio ambiente? Entendemos que não.

Fazendo um paralelo, citamos o exemplo de um Contabilista. A responsabilidade deste profissional é desenvolver sua atividade na geração de informações para tomada de decisões, com competência, ética e

atendimento às normas legais. Desta forma é que estará agregando valor à sociedade, cumprindo o seu papel social. De nada adianta pagar seus impostos, prestar serviços à comunidade se não executa corretamente suas atribuições principais.

Quero dizer que uma empresa não é

socialmente responsável porque faz ações sociais, desenvolve projetos de apoio à criança e à juventude e divulga essas ações para ter este reconhecimento pela sociedade, e não faz o “dever de casa”.

Todas essas ponderações nos levam a crer que as empresas podem e devem investir no social, mas nunca deverão esquecer sua maior responsabilidade, que é prestar bons serviços ou fornecer produtos de qualidade, atendendo à legislação, sem gerar desperdício ou prejudicar o meio ambiente. O exercício permanente dessa responsabilidade é que assegura a sobrevivência e o crescimento orgânico das empresas em todos os países do mundo e, em consequência, de toda a sociedade.

O não-exercício dessa responsabilidade pode levar a rupturas, inclusive situações falimentares danosas a toda sociedade.

* é Contador, advogado, coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade São Mateus e presidente do CRCES

CFC VISITAS

Contabilistas do Norte e do Sul no CFC



Na Reunião Plenária de junho, visitaram a sede do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília, da direita para a esquerda, a delegada do CRCRO em Ji-Paraná, Vilma Fátima Mendes; o presidente do Sescon de Florianópolis (SC), Walter T. Cruz; o delegado do CRCRS em Panambi, Eugênio Gressler; e o delegado do CRCPA em Marabá, Carlos Alberto Cruz Caldas. As visitas fazem parte do programa instituído pelo CFC para trazer a Brasília delegados, representantes e sindicalistas de todo o País. Os visitantes ficam conhecendo de perto o trabalho elaborado pelo CFC e ainda participam das reuniões plenárias realizadas mensalmente.

CFC LIVROS

Segredos de auditoria e tributação

O professor, Contador e consultor paranaense Everson Carlin lançou em Curitiba o *Manual de Auditoria Contábil*, um guia prático aplicável à realidade de grandes, médias e pequenas empresas. São 194 páginas abordando este campo contábil, em sete capítulos subdivididos em dezenas de itens. Os conceitos são embasados em legislação societária, fiscal e contábil atualizadas.

O diretor administrativo e financeiro da Electrolux do Brasil, Adriano Rudek de Moura, o “Equilibrista do Ano 2000 no Paraná”, afirma na apresentação: “O *Manual de Auditoria Contábil* oferece uma ótima oportunidade didática de se conhecer como é planejado, executado e concluído o trabalho de auditoria”. Segundo ele, o livro “é, acima de tudo, um guia prático da metodologia aplicada nesses trabalhos, incluindo uma vasta contribuição de conceitos técnicos e operacionais, aprimorados pelo autor durante vários anos de sua experiência profissional”.

CONTABILIDADE
TRIBUTÁRIA

E o professor titular de Contabilidade Comercial da Faculdade de Ciências

Contábeis da Universidade Católica de Salvador, José Amândio Barbosa, está lançando o livro *Curso Prático de Contabilidade Tributária/ICMS*, adaptado para a sistemática de curso modelar a distância.

O livro envolve os aspectos integrativos entre a escrita contábil e a escrita fiscal, os aspectos caracterizadores do ICMS, a descrição dos documentos e livros fiscais, os procedimentos iniciais para a efetivação dos registros e as formas de contabilização e de controle do imposto. O livro mostra também os procedimentos para registro contábil e fiscal das operações abrangidas pelo ICMS, bem como os procedimentos para a regularização de registros.

Para conseguir um exemplar, o leitor do **Jornal do Conselho Federal de Contabilidade** deve contatar a Editora Nacional de Guias Ltda., na Rua dos Algibebeles, nº 4, 7º andar, CEP 41927-000, Salvador – BA, ou procurar o seguinte endereço na internet: www.fiscobrasil.com.br, e-mail fiscobrasil@fiscobrasil.com.br. O telefone do autor do livro e professor é (71) 672-1308.

Novas prefeituras aderem ao Programa de Gestão Fiscal Responsável do CFC



As prefeituras de todas as regiões brasileiras continuam recebendo exemplares com os critérios do Certificado de Gestão Fiscal Responsável. O Certificado foi lançado em maio pelo CFC, em Brasília, em solenidade que contou com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e de toda a cúpula econômica do Governo Federal.

O principal objetivo do Certificado é motivar as prefeituras a aplicarem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – o apoio do CFC e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social a esta causa já provocou a adesão de muitos gestores à LRF. Até o dia 17 de julho, 211 prefeituras de diversas regiões do país já haviam aderido ao Programa de Gestão Fiscal Responsável do CFC. Veja abaixo a relação das prefeituras inscritas:

MUNICÍPIO	PREFEITO
Itaí – SP	José Neto Fernandes
Itapuí – SP	Sylvio de A. Pedro Rocchi
Guaimbé – SP	Nicides Valenciano
Tanumá – SP	Oscar Gozzi
Protásio Alves – RS	Mauro Mignoni
Pedra Laranja – PB	Sebastião de Vasconcelos Porto
Jacinto Machado – SC	Mário Rocco
Irai de Minas – MG	Pedro Antônio Alberton
Asmari – BA	Carlos Antônio Azevedo de Queiroz
Miguel Pereira – RJ	Fernando Pontes Moreira
Terra de Areia – RS	José Alberto Sarate
Petrolina – PE	Fernando Bezerra de Souza Coelho
Santa Juliana – MG	Marcos Araújo Barbosa
Oriente – SP	Paulo Cezar Ferreira Hilário
Dumont – SP	Antonio Roque Balsamo
Tocos do Mogi – MG	Antonio Rodrigues da Silva
Alvinópolis – MG	Mário Alves de Carvalho
Heulândia – SP	Oleido Golinê Neto
Macedônia – SP	Moacyr José Marsola
Confins – MG	João Batista da Silva
Guarani D'Oeste – SP	José Manoel Cardoso Gonçalves
Sacramento – MG	Nobuhiro Karashima
Tanguá – RJ	Jailson José Cardoso
Piedade – MG	Clodovil Pedro da Silva
Central de Minas – MG	Ageu Diniz de Oliveira
Divino das Laranjeiras – MG	Maria das Graças B. Fald Mota
São Félix de Minas – MG	Juaci Braz de Souza
São João do Manteninha – MG	Hiron Cândido de Araújo
Marilac – MG	Fernando Souto Alves
Carlos Chagas – MG	Acássio Vieira de Azevedo Coutinho
Itaíba – SP	José Roberto Fumach
Bom Jesus dos Perdões – SP	Paulo Afonso Ferreira Bueno
Matutina – PB	José Ferreira da Silva
Redentora – RS	Adelar Luis Paschoal
Mogi Mirim – SP	Paulo de Oliveira e Silva
Itaquitinga – PE	Valdeir Barbosa de Araújo
São João Evangelista – MG	Pedro de Queiroz Braga
Nipoi – SP	Roberto Cardoso de Andrade
Bastos – SP	Natalino Chagas
Bernardino de Campos – SP	João Eudes Guerra da Silva
Ribeirão Corrente – SP	Ailton Luiz Montanher
Lindóia – SP	Élcio Fiori de Godoy
Guapiranga – SP	Maria Ivanete Hernandez Vitorasso
Canoinhas – SC	Orlando Krautler
São Simão – SP	Hildo Benedito Machado Filho
Muniz Freire – ES	Zaedis de Oliveira Thezolin
Terra Roxa – SP	Samir Assad Nassbine
Barro – MG	Elika Oka de Melo
Leme – SP	Geraldo Macarenko
Camocim de São Félix – PE	Manoel Alves de Oliveira Filho
Presidente Venceslau – SP	Oswaldo Ferreira Melo
Marquinhos – PR	Luiz César Baptista
Oriente – SC	Gelson Luiz Padilha
Pouso Novo – RS	Amindo Paludo (Prefeito em Exercício)
Santa Bárbara do Sul – RS	José Inácio Ferreira Pires
Bom Jesus da Penha – MG	Jorge André de Araújo
Cerquilha – SP	Aldomir José Sanson
Agrolândia – SC	Paulo Cezar Schlichling da Silva
Cerro Corá – RN	João Batista de Melo Filho
Rio Casca – MG	Raimundo Alberto Gomes
Pompéu – MG	Francisco Luiz Cordeiro Guimarães
Tombos – MG	Marcos José Nazareth Maria
Bom Sucesso de Itararé – SP	Francisco Pimental
Frei Gaspar – MG	Jazy Guedes Silva
Mampituba – RS	Elie de Farias Matos
Nova Santa Bárbara – PR	Júlio Aparecido Bitencourt
Santo Anastácio – SP	Reinaldo Jerônimo Peres
Visconde do Rio Branco – MG	Iran Silva Couri
Alto – PI	Elvira Mendes Raulino de Oliveira
Vila Maria – RS	Luiz Brocco
Itapeva – MG	Hilton Monteiro
Londrina – PR	Nedson Luiz Micheletti
Nordestina – BA	Wilson Araújo Matos
Humaitá – RS	Luiz Carlos Sandri
Apucarana – PR	Valter Aparecido Pegover
São Carlos – SC	Claudio Alberto Campos
Fernandes Tourinho – MG	José da Paizão Martins
Palmópolis – MG	Renato Kaufmann Weibel de Souza
Teodoro Sampaio – SP	Paulo Alves Pires
Macambira – SE	José Carvalho de Souza

Monte Carmelo – MG	Ajalmar José da Silva
Água Santa – RS	Juliano Favetto
Maragogi – AL	Fernando Sérgio Lima Neto
Abaíra – BA	Edval Luz Silva
Felício dos Santos – MG	Joaquim Luiz de Oliveira
Gramado dos Loureiros – RS	Adir Paulo Loureiro de Melo
Campos Altos – MG	Ezequiel José Pereira
Arambare – RS	José Carlos Rassier
Novo Machado – RS	Adilson Mello
Espinosa – MG	Lucio Balieiro Gomes
Ouro Preto do Oeste – RO	Carlos Magno Ramôes
Itapuí do Oeste – RO	Robson José Melo de Oliveira
Carmo do Rio Verde – GO	José Batista Gomides
Jaguari – RS	Almir Firrin
Umburatiba – MG	Clodovaldo José Vital
Pedra Bonita – MG	Fábio Lucas da Silva
Junqueirópolis – SP	Hélio Aparecido Mendes Fuzini
Mairacá – RJ	Ricardo José Queiroz da Silva
São José do Rio Preto – SP	Dorival Ita Adão
Colpou – RS	Osmar Trevisan
Domingos Martins – ES	Ivan Luiz Paganini
Linhares – ES	Guarino Luiz Zanon
Conselheiro Lafaiete – MG	Vicente de Faria Paiva
São Sebastião da Bela Vista – MG	José Barbosa Nadalini
Aranha – SP	Dirceu Rabeal Apentino
Vazado – BA	Manoel Souza Andrade
Juá – MS	Mauro José Guilherme
Santa Tereza – RS	Luiz Carlos Riboldi
Juá do Tocantins – TO	Eurídice Rodrigues Araújo
Jacara – MT	Valdezele Martins Nogueira
União da Serra – RS	João Carlos Gheller
Alfredo Wagner – SC	Sérgio Biasi Silvestri
Rolador – RS	João Antônio Kleinubing
Avaré – SP	Wagner Bruno
Cachoeira de Minas – MG	Decio Monteiro Dionisio
Araguari – MG	Marcos Antônio Alvim
Boa Esperança – PR	Claudio Gotardo
São Domingos do Norte – ES	Domingos Malacarne Sobrinho
Brotas de Macaúbas – BA	Antônio Kieber Ribeiro
Maracumã – MA	Eliza Batista dos Santos Silva
Nova Bandeirantes – MT	Antônio Gonzalo Della Rosa
Abadia de Goiás – GO	Valdeci Salviano Mendonça
Itatê – PR	Carmelita Lima Spavento
Miguel Alves – PI	Raimundo Nonato Pereira da Silva
Caruari – PE	Antônio Geraldo Rodrigues
Remanso – BA	Renato Afonso Ribeiro Rosa
Divino – MG	José Costa da Silva
Amambai – MS	Dirceu Luiz Larzarin
Ramãndia – PR	Ubaldo de Barros
Palmitos – SC	Ademar Henchen
Araçaguama – SP	Carlos Aymar Stur Bechara
Timbó Grande – SC	André Ferreira de Castilho
Fronteira dos Vales – MG	Neival Alves Trindade
Encantado – RS	Paulo Costi
Gravatá – SC	Jorge Leonardo Nesi
Pesqueira – PE	João Eudes Machado Tenório
Nova Marilândia – MT	José Aparecido dos Santos
Curitiba – PR	Tobias Souza de Oliveira
Reginópolis – SP	Carolina de Sousa Verissimo
Tobias Barreto – SE	Edraes Valeriano dos Santos
Picada Café – RS	Luiz Irineu Schenkel
Paulicéia – SP	José Vieira Torcato
Tapera – RS	José Nelson Balensiefer
País de Minas – MG	Inácio Franco
Barrão – PR	Joarez Lima Henrichs
Bom Jesus do Sul – PR	Celso Witcel Dias
Tomé Açu – PA	Gedeão Dias Chaves
Analândia – SP	José Roberto Parin
Iguá – SP	Aldes Montanher Filho
São José do Alegre – MG	Jocelino Corêa Mendonça
Rancho Alegre D'Oeste – PR	Valdinei José Peleci
Aparecida do Taboado – MS	Vilson Bernardes de Melo
Guacuí – ES	Luciano Manoel Machado
Florianópolis – SC	Angela Regina Heinzen Arin Heiou
Itaí – PR	Roque Jorge Fadel
Rancharia – SP	Eduardo Contini Franco
Altamira do Paraná – PR	Jaldemir Gomes Duarte
Presidente Figueiredo – AM	Romeiro José Costeira de Mendonça
Arcos – MG	Lécio Rodrigues de Souza
Coronel Murta – MG	Inácio Carlos Moura Murta
Carajás – RN	Aguinaldo Pereira da Silva
Arroio Grande – RS	João Carlos Furtado
Tamboara – PR	Milton de Jesus Rodrigues

CFC RECADO AOS PREFEITOS

Para os prefeitos que estão recebendo os exemplares do Certificado do CFC, aí vai um conselho de alguém que entende de administração pública, o diretor da Trevisan Tributos, Wilson de Faria:

“A maior dificuldade dos gestores municipais com relação à LRF reside no planejamento e no controle interno. Ao contrário da iniciativa privada, não existe no Brasil uma cultura de planejamento de gastos públicos. A nova legislação vai acabar com o péssimo histórico das administrações municipais do País, em que os novos prefeitos passavam os dois primeiros anos de seus mandatos pagando as dívidas do governo anterior e, nos dois últimos anos, criavam novas dívidas que deveriam ser quitadas pelo governo seguinte. A LRF tem o grande mérito de romper este circuito”, explica Wilson, graduado em Administração de Empresas pela FGV, em Direito pela USP e pós-graduado em Direito Universitário.

Ele afirma que a LRF é baseada em três pontos fundamentais: a Contabilidade, o orçamento e os sistemas. “Para atendê-los, os gestores municipais devem, em primeiro lugar, promover um diagnóstico dos controles internos. Com isso, será possível detectar as falhas praticadas no início da gestão e apontar os controles internos que estão faltando para o bom andamento da administração. Em seguida, é preciso adequar esses controles internos para que seja possível implantá-los efetivamente, fase que corresponde à análise da gestão”.

O terceiro passo, complementa Wilson de Faria, é adaptar o município aos requisitos da LRF: a padronização das normas de escrituração, os relatórios bimestrais e os demonstrativos da execução orçamentária, os relatórios da gestão fiscal e, por fim, o anexo da política, metas e riscos fiscais.

Dois Lajeados – RS	José Henrique Capitani
Rosana – SP	Alvaro Augusto Rodrigues
Alpercatá – MG	Edson Sá
Cabeiras – SP	Nívio Luiz Aranha Dória
Itaipópolis – SC	Aceu Galo
Nova Ponte – MG	José Divino da Silva
Indaial – SP	Reinaldo Nogueira Lopes Cruz
Francisco Beltrão – PR	Vilmar Condasso
Cambuí – MG	João Nogueira Fanuzzi
Santa Isabel – SP	Waldemar de Brito Simão
Riversul – SP	Rubens Rabelo da Silva
Inocência – MS	José Arnaldo Ferreira de Melo
Novo Horizonte – SP	Tochio Toyota
Dom Pedro de Alcântara – RS	Jovino Alzémio Vieira
Ipatinga – MG	Honório Dias Barbosa
Araxá – MG	Antônio Leonardo Lemos Oliveira
Sabinópolis – MG	Paulo Jorge Pimenta
Jaraguá do Sul – SC	Irineu Pasold
Estiva – RS	Sandra Beatriz Silveira
Iaras – SP	José Edval de Melo Araújo
Itapira – SP	José Antonio Barros Munhoz
Nova Belém – MG	Daniel Gomes
São Gonçalo do Abaeté – MG	Aldino Anenias Mattar Handan
Somiso – MT	José Domingos Fraga Filho
Nova Laranjeiras – PR	Nelci da Rosa
Paraná – TO	José Bezerra Lino Tocantins
Jardim – MS	Márcio Campos Monteiro
Paraisópolis – MG	Wagner Ribeiro de Barros
Guararema – SP	Conceição Aparecida Alvino de Souza
Planalto – RS	Antônio Carlos Damin
Frederico Westphalen – RS	Orlando Girard
Bonfili – SP	Laila Ayub Vaca
Tuparendi – RS	Ivo Turra
Modelo – SC	Carmelito Henrique Maldaner
Segredo – RS	João Paulo Kroh
Poco das Antas – RS	Silvio Pedro Schmitz
Conchal – SP	Valdeci Aparecido Lourenço
Itacemópolis – SP	João Renato Alves Pereira
Colinas do Tocantins – TO	José Santana Neto
Ribeirão das Neves – MG	Dirceu Pereira de Araújo
Onça de Pitangui – MG	Hamilton José de Araújo
Itaí – RS	Decilides Trischi Werh
Uairi – AM	José Franklin Lopes Filho

CFC PARLAMENTARES NO CFC

Classe contábil estreita relações com o Congresso Nacional...

> Antonio Carlos Nasi (*)



9-11-00 Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)

O Conselho Federal de Contabilidade está estreitando cada vez mais suas relações com o Poder Legislativo sediado em Brasília. Em todas as reuniões plenárias mensais, realizadas na sede do CFC, no Setor de Autarquias Sul, os Conselheiros têm a oportunidade de conhecer de perto, e de debater, as diversidades de opiniões dos membros do Congresso Nacional.

Nesses encontros, os pontos fortes do debate têm sido principalmente a Reforma Tributária, a nova Lei das S.A. e o mercado financeiro.

NOVOS CONHECIMENTOS

Os Conselheiros participam ativamente das palestras proferidas pelos parlamentares, com perguntas e

exposições sobre os temas do debate. Na visita do deputado Valdemar Costa Neto, por exemplo, os Conselheiros se interessaram bastante pelas novidades trazidas pelo parlamentar sobre o sistema penitenciário do País.

Para o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, as palestras dos parlamentares durante as reuniões plenárias têm o objetivo, além de estreitar relações com o Congresso Nacional, “de aprimorar o conhecimento dos Conselheiros sobre temas políticos importantes”.

Um assunto de grande interesse tem sido a Reforma Tributária, um dos principais problemas debatidos com parlamentares no CFC. O relator da Comissão Especial da Reforma Tributária, deputado Germano Rigotto

18-11-99



Deputado Eduardo Paes (PTB-RJ)



Em 22-3-01, o deputado federal Germano Rigotto (PMDB-RS) explicou a Reforma Tributária feita pela Comissão Especial da Câmara; o deputado mostrou aos Conselheiros do CFC as mudanças feitas em seu relatório.

24-5-01



Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)



Em maio deste ano, o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, e o presidente do CRCCE, Robinson Passos de Castro e Silva, visitaram o senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Assunto: cursos de Contabilidade.

22-2-01



Deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP)

16-6-99



Deputado Antônio Kandir (PSDB-SP)

17-5-99



Deputado João C. Medeiros (PMDB- DF)

23-9-99



Deputado Renato Rainha (PL- DF)

CFC PARLAMENTARES NO CFC

... promovendo palestras durante as reuniões plenárias realizadas em Brasília

(PMDB-RS), por exemplo, explicou com detalhes toda a elaboração do projeto final, todas as modificações feitas em consenso com empresários, governos federal e estaduais.

DEPUTADOS-CONTADORES

Outro parlamentar que falou aos Conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade sobre a Reforma Tributária foi o deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), que criticou o modelo político brasileiro: "O Brasil possui um Congresso Nacional sem modelo político forte, exatamente no intervalo do capitalismo e do socialismo, carregando o que há de pior nos dois modelos. Ou seja, um capitalismo selvagem, predatório, com as conquistas sociais

amarradas ao corporativismo e ao clientelismo". Dois deputados formados em Ciências Contábeis também fizeram palestras no plenário do CFC nos últimos dois anos. Um deles foi o deputado distrital João Carlos Coelho de Medeiros (PMDB-DF), que detalhou para o plenário a tramitação do projeto de lei de sua autoria que disponibiliza salas para os contabilistas nas Juntas Comerciais, Receita Federal e agências da Receita no Distrito Federal.

O outro Contador, deputado Edinho Bez (PMDB-SC), fez uma palestra sobre o papel do sistema financeiro nacional, valorizando o trabalho da auditoria.

Além de levar os parlamentares ao CFC, o presidente Serafim também participou, por duas vezes, de debates promovidos pela TV Senado. Os programas foram ao ar em rede nacional.



7-2-01 O presidente Serafim e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) participam de debate na TV Senado

Em 26-8-99, o deputado federal Marcos Cintra (PFL-SP) veio ao CFC explicar, durante reunião plenária, o porquê de sua luta em defesa da CPMF. O deputado elogiou as propostas do CFC à Comissão de Reforma Tributária.



25-5-00



Deputado Fetter Júnior (PPB-RS)

No ano passado, o presidente Serafim participou de um debate na TV Senado, sobre Exame de Suficiência, com o senador Arlindo Porto (PTB-MG). O senador elogiou o trabalho do CFC.



10-12-99



Deputado Gervásio Silva (PFL-SC)

15-4-99



Senador Leomar Quintanilha (PPB-TO)

17-5-99



Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE)

21-6-01



Deputado Edinho Bez (PMDB-SC)

18-3-99



Senador Ademir Andrade (PSB-PA)

CFC REFORMA TRIBUTÁRIA**Governo alivia impostos de exportadores e dá vida nova à CPMF**

No mesmo dia em que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou a mini-reforma tributária -30 de junho-, duas mudanças entraram em vigor por meio de medidas provisórias. O gás natural e o carvão, destinados a usinas termelétricas, ficam livres de dois tributos: do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). As empresas brasileiras pagam ao governo 3% do faturamento, mesmo que não tenham lucro, por conta desses dois impostos. Agora, as empresas que processam ou transportam gás e carvão terão descontado do faturamento o ganho com esses produtos. A outra mudança nas regras do PIS/Cofins livra os exportadores desses tributos. Empresas que produzem para vender para fora do País poderão descontar seus desembolsos de PIS e Cofins, caso elas participem da primeira ou da última etapa da cadeia de produção. “Nenhum exportador brasileiro tem o direito de reclamar mais nada do governo a partir de hoje”, avisa o ministro Malan.

COMPENSAÇÃO DAS PERDAS

O governo perderá R\$ 500 milhões por ano com o desconto aos exportadores, mas espera manter a arrecadação. Em primeiro lugar, porque as exportações tendem a aumentar e, com isso, também os impostos.

Além disso, o governo prepara novas

regras que obrigarão os fundos de pensão a pagar mais impostos — com isso, o ganho será de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano. Portanto, a perda é mais do que compensada. A medida provisória mais esperada, porém, não saiu. É a que isentaria da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) as aplicações em bolsas de valores. Segundo Malan, essa mudança ainda está em estudos e não tem data para ser apresentada.

Além dos benefícios que passam a valer imediatamente, o governo enviou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional para prorrogar a CPMF até 31 de dezembro de 2004. Quer a mesma alíquota atual, de 0,38% sobre todas as operações financeiras. A cada ano, o tributo rende R\$ 18 bilhões aos cofres do governo. Os 30 meses de prorrogação significam R\$ 45 bilhões a mais para o Tesouro Nacional, se a arrecadação permanecer nos patamares atuais.

REGRA ÚNICA PARA ICMS

A proposta de emenda constitucional da CPMF tem outra novidade que afeta o funcionamento de todo o Poder Judiciário. Trata-se do Incidente de Constitucionalidade. De acordo com a proposta, o artifício poderá ser proposto ao Supremo Tribunal Federal quando houver dúvida a respeito da constitucionalidade de uma matéria. O

STF ganhará o direito de, ao analisar a dúvida, suspender todos os processos envolvendo a questão nas instâncias inferiores e fazê-las seguir seu julgamento.

Em outra proposta de emenda constitucional, o governo quer instituir regras únicas em todo o País para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Hoje, os 26 estados do País e o Distrito Federal têm leis próprias sobre o tributo.

Com a nova proposta, haverá apenas cinco classes de alíquotas em todo o País. Só o Senado Federal poderá alterá-las. O Imposto sobre Serviços (ISS), cobrado pelas prefeituras, também terá alíquotas mínimas em todo o País.

“INIMIGO DO BOM”

Sobre o fato de o governo, mais uma vez, deixar de lado as mudanças aprovadas pela Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, o ministro Malan afirmou: “Às vezes o ótimo (a reforma feita pela Câmara) é inimigo do bom (o pacote



O ministro da Fazenda, Pedro Malan

de reformas tributárias anunciado pelo Governo)”.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Paulo Gil Introíni, “a reforma silenciosa do governo foi toda voltada para aumentar a tributação dos mais pobres e reduzir a cobrança dos mais ricos. Basta ver que entre 1996 e 2000 a arrecadação do IR pago pelo trabalhador aumentou 68%, mais do que o dobro da inflação no período”.

CFC AS MEDIDAS

CPMF - O “imposto do cheque” seria extinto em junho do próximo ano. De olho na receita anual de R\$ 18 bilhões que lhe proporciona, o governo enviará projeto de emenda constitucional propondo sua prorrogação até dezembro de 2004, com a mesma alíquota de 0,38%.

ICMS - Outra emenda constitucional vai propor o desmonte das atuais 27 legislações estaduais. Os produtos poderão ser divididos em cinco classes, cada uma com uma alíquota de ICMS, que será igual em

todo o território nacional. As classes de produtos serão estabelecidas por lei complementar. As cinco alíquotas ficam a cargo do Senado. O Confaz regulamentará a lei.

ISS - O Imposto Sobre Serviços (ISS), principal fonte de receitas dos municípios, muda na mesma emenda constitucional. No lugar da alíquota máxima definida atualmente, entra a alíquota mínima para todo o País. Assim, as prefeituras só terão margem para subir imposto, não para baixá-lo. Isenções serão proibidas para ICMS e para ISS.

CFC ENTREVISTA**Chega de aumentos, pede Everardo Maciel**

Na noite de 30 de junho, pouco depois de participar do anúncio oficial das medidas tributárias, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, fez, aos jornalistas que cobrem o setor, um comentário surpreendente para quem vem festejando sucessivos recordes de arrecadação.

“A carga tributária das empresas está muito elevada. Acho que nós fomos longe demais. De janeiro de 1995 a abril deste ano, a receita da União aumentou 40% em termos reais. E fomos longe demais porque do outro lado tem uma conta interminável que não pára de crescer”, disse, referindo-se às despesas da União. Disse mais o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel: “O dinheiro que se consegue nunca é suficiente, nunca dá; e tem sempre aqueles que pedem para arrumar mais. Chega de aumentar impostos, pois nós já

estamos no limite, agora é necessário olhar para o lado da despesa”.

CARGA TRIBUTÁRIA

Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostra que a carga tributária ficou em 34,16% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2000. Em 1998, foi de 29,44%; em 1999, de 31,15%.

Segundo o estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), coordenado pelos tributaristas Gilberto Luiz do Amaral e João Eloi Olenike, de 1986 a 2000 a carga tributária cresceu 352,15%, contra 196,36% do PIB. Em 1993, cada brasileiro pagou o equivalente a R\$ 719,19 em tributos. Em 2000, pagou R\$ 2.023,73. Ou seja, houve um aumento de 187,39% da arrecadação per capita entre 1993 e 2000.

**Anuncie no Jornal do CFC****INFORMAÇÕES:**

Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547
comsocial@cfc.org.br